



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 1 de junho de 2011

A CRITICA Ministro do Desenvolvimento assegura apoio à atratividade da Zona Franca de Manaus.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Governo define as regras para produção de tablets com incentivos fiscais no PIM	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS PPB para tablets define porcentual de conteúdo nacional	3
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Tablets fabricados no Brasil deverão ter componentes nacionais.....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Balança comercial registra superávit de US\$ 3,529 bilhões em maio	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO POR ORA, BRASIL DESCARTA MEDIDAS CONTRA IMPORTAÇÃO DA ESPANHA	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO GM CONSEGUE IMPORTAR MIL CARROS PARADOS NO RS	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO PRODUÇÃO CAI EM METADE DA INDÚSTRIA E ATINGE BENS D CAPITAL	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO MÍRIAM LEITÃO	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO BRAZILIENSE DILMA ENTRA EM CAMPO PELA COPA.....	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Ministro do <u>Desenvolvimento</u> assegura apoio à atratividade da <u>Zona Franca de Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Na reunião com o ministro foi discutido o impacto da concorrência chinesa nos segmentos de motocicletas e condicionadores de ar split do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**

O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**, Fernando **PIM**entel, assegurou ao governador Omar Aziz e à bancada de parlamentares do **Amazonas**, na manhã desta quarta-feira (1º), que vai dar apoio técnico e político na análise das emendas do Estado que serão apresentadas à Medida Provisória (MP) 534, que desonera a **produção** de tablets no Brasil.

Na reunião com o ministro também foi discutido o impacto da concorrência chinesa nos segmentos de motocicletas e condicionadores de ar split do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

Participaram do encontro com Fernando **PIM**entel, além de Omar Aziz e a **Superintendente** da **Zona Franca** de **Manaus**, **Flávia Grosso**, os deputados Silas Câmara, Francisco Praciano, Sabino Castelo Branco, Rebecca Garcia, Átila Lins, Carlos Souza e Henrique Oliveira, e os senadores Eduardo Braga, Vanessa Grazziotin e João Pedro.

O ministro reafirmou, durante a reunião, o entendimento da presidenta Dilma Rousseff de que o **Amazonas** não deve perder empregos e atratividade em razão da MP 534.

Fernando **PIM**entel destacou o secretário executivo adjunto do **Ministério**, Ricardo Chesse, para acompanhar o andamento das emendas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

O ministro admitiu que houve uma falha na MP ao não definir "uma fronteira do que é tablet e o que é TV" e disse que essa questão poderá ser "corrigida no

processo legislativo", no qual assegurou manter apoio político.

Invasão chinesa

O governador, a bancada de parlamentares e a **Superintendente** da **Suframa** também alertaram ao ministro sobre os prejuízos que a **importação**, principalmente de produtos chineses, poderá trazer para a indústria nacional e o **PIM**.


De acordo com levantamento da equipe técnica do governo estadual, as principais ameaças são com relação às motocicletas abaixo de 250 cilindradas, cuja **produção** chinesa está invadindo o **mercado** brasileiro, e os condicionadores de ar split.

Nesse último, os **importados** já dominam cerca de 60% das vendas nacionais, o que também prejudica o polo de injeção plástica do **PIM**, que produz gabinete para o produto.

Fernando **PIM**entel se comprometeu em realizar uma reunião emergencial entre as equipes da Secretaria Estadual de Fazenda e o **Ministério** da Fazenda para discutir uma solução para a competitividade do **PIM** para os dois produtos.

Para Omar Aziz, mais do que garantir empregos na **Zona Franca** de **Manaus**, a adoção de medidas que salvaguardem a competitividade das motocicletas e splits representa, em última análise, proteger a indústria nacional.

Ainda nesta quarta-feira, Omar Aziz se reúne com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para tratar de projetos na área de Segurança Pública, e com o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloízio Mercadante, para também discutir compensações aos impactos da Medida Provisória 534 no **PIM**.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Governo define as regras para <u>produção</u> de tablets com incentivos fiscais no PIM		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O texto divulgado pelo **Governo Federal** nesta quarta define as regras para a concessão de benefícios fiscais da Lei de Informática à fabricação de tablets no **Pólo Industrial** de **Manaus**

[i] A fabricação dos tablets tem gerado muito polêmica, após a publicação da MP 534 que concede benefícios fiscais a outras regiões do **Brasil** produzirem o produto. Foto: Divulgação

Brasília – O governo definiu as regras para concessão dos benefícios fiscais da Lei de Informática à fabricação, no Polo Industrial de **Manaus**, de computadores portáteis em formato de prancheta, conhecidos como tablets. A medida foi publicada no Diário Oficial da União de hoje (1º) e já está em vigor. O texto define a quantidade de componentes, partes e peças nacionais que os fabricantes devem utilizar na montagem do equipamento para ter direito aos benefícios tributários.

A **produção** da placa-mãe deve ter 50% de nacionalização. Em 2013, esse percentual passará para 95%. A partir de 2012, metade dos componentes, partes e peças de carregadores de bateria ou conversores e 20% das partes com função de memória deverão ser produzidos no Brasil. Os índices de nacionalização aumentam em 2014, chegando a 80% no caso de carregadores.


Telas de cristal líquido, planas ou com novas tecnologias vão poder ser **importadas** até 31 de

dezembro de 2013. A expectativa do governo é que, a partir de 2014, a fabricação ocorra no Brasil. Baterias e gabinetes estão, temporariamente, dispensados de ser produzidos no país.

Os critérios e prazos foram estabelecidos pelos **Ministérios** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** e da Ciência e Tecnologia (MCT), após consulta pública.

O Processo Produtivo Básico (**PPB** - Lei 8.387/1991) é uma das contrapartidas exigidas das empresas instaladas na **Zona Franca** de **Manaus**, beneficiadas com redução tributária. O benefício representa o conjunto mínimo de etapas do processo industrial. Com isso, os produtos fabricados na **Zona Franca** recebem alguns benefícios como redução do Imposto de **Importação** que incide sobre os insumos e isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O **PPB** é também exigido das empresas que produzem bens de informática e automação com incentivos fiscais da Lei de Informática, instaladas em qualquer parte do país. No caso dos tablets, a medida publicada é a contrapartida das empresas para obtenção da alíquota zero de PIS/Cofins.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO PPB para tablets define porcentual de conteúdo nacional		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

As empresas estão liberadas temporariamente de utilizar alguns componentes nacionais na **produção** dos tablets. No caso dos carregadores de baterias, até 2013, o uso de componentes nacionais deve ser de 80%.

Brasília - O Processo Produtivo Básico (**PPB**) para a fabricação de tablets (computadores em forma de prancheta) no **Brasil** foi aprovado e está publicado no Diário Oficial da União de hoje. Uma portaria interministerial, assinada pelos **Ministérios** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** e da Ciência e Tecnologia, estabelece os critérios a serem observados e os percentuais de conteúdo nacional exigidos para a fabricação dos tablets no País.

De acordo com o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Fernando **Pimentel**, as empresas estão liberadas temporariamente de utilizar alguns componentes nacionais na **produção** dos tablets, como baterias e gabinetes. No caso de carregadores de baterias, somente será exigido que 50% delas sejam fabricadas no **Brasil** a partir de 2012. A partir de 2013, a exigência de conteúdo nacional para esse componente já passa a ser de 80%, segundo a portaria publicada hoje.

As telas de cristal líquido, plasma ou outras tecnologias, inclusive com estrutura de fixação e com dispositivo sensível ao toque, também estão dispensadas da montagem local até 31 de dezembro de 2013. Após essa data, será exigido que 50% das telas sejam nacionais.


A portaria define ainda o cronograma e a exigência de conteúdo nacional para outros componentes. Os tablets produzidos no Brasil, por

exemplo, já terão de ter 50% das placas-mãe produzidas no País neste ano. A partir de 2012, a exigência será de 80%, chegando a 95% em 2013.

Para as placas de comunicação que possibilitem acesso à rede de telefonia celular, a exigência de conteúdo nacional será de 20% a partir de 2013 e de 30% de 2014 em diante. Para as placas usadas para acesso à rede de comunicação sem fio, será exigido 50% de conteúdo nacional somente a partir de 2013, chegando a 80% em 2014.

Componentes, partes e peças que atuem com a função de memória, tais como cartões de memória, também têm um cronograma definido. O **PPB** exige que 20% desses componentes sejam nacionais a partir de 2012; 30%, a partir de 2013; e 50%, de 2014 em diante. A portaria também define os procedimentos a serem adotados pelas empresas fabricantes com relação às informações a serem prestadas à Secretaria de Política de Informática e Secretaria de **Desenvolvimento da Produção**.

Os tablets foram incluídos na chamada Lei do Bem no dia 23 de maio, com a publicação de uma medida provisória (MP) que estendeu à **produção** desses produtos os benefícios fiscais da lei. Com isso, as alíquotas da contribuição para o PIS e a Cofins foram reduzidas a zero.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Tablets fabricados no <u>Brasil</u> deverão ter componentes nacionais		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo publicou hoje definição do conteúdo nacional do aparelho produzido no País; já neste ano, tablets terão de ter 50% das placas mãe de origem brasileira

BRASÍLIA - O Processo Produtivo Básico (**PPB**) para a fabricação de tablets no Brasil foi aprovado e está publicado no Diário Oficial da União desta quarta-feira, 1º de junho. Uma portaria interministerial, assinada pelos **Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia**, estabelece os critérios a serem observados e os percentuais de conteúdo nacional a serem exigidos para a fabricação dos tablets no País.

Conforme o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIMentel**, já havia antecipado à Agência Estado, as empresas estão liberadas temporariamente de utilizar alguns componentes nacionais na **produção** dos tablets, como baterias e gabinetes.

No caso de carregadores de baterias, somente será exigido que 50% deles sejam fabricadas no Brasil a partir de 2012. A partir de 2013, a exigência de conteúdo nacional para esse componente já passa a ser de 80%, segundo a portaria publicada hoje.

As telas de cristal líquido, plasma ou outras tecnologias, inclusive com estrutura de fixação e com dispositivo sensível ao toque, também estão dispensados da montagem local até 31 de dezembro de 2013. Após essa data, será exigido que 50% das telas sejam nacionais.

A portaria também define o cronograma e exigência de conteúdo nacional para outros componentes. Os tablets produzidos no Brasil, por exemplo, já terão que ter 50% das placas mãe produzidas no País neste ano. A partir de 2012, a exigência será de 80%, chegando a 95% em 2013.

Para as placas de comunicação que possibilitem acesso à rede de telefonia celular, a exigência de conteúdo nacional será de 20% a partir de 2013 e de 30% de 2014 em diante. Para as placas usadas para acesso à rede de comunicação sem fio, será exigido 50% de conteúdo nacional somente a partir de 2013, chegando a 80% em 2014.

Componentes, partes e peças que atuem com a função de memória, tais como cartões de memória, também têm um cronograma definido. O **PPB** exige que 20% desses componentes sejam nacionais a partir de 2012; 30%, a partir de 2013; em 50% de 2014 em diante.

A portaria ainda define os procedimentos a serem adotados pelas empresas fabricantes com relação às informações a serem prestadas à Secretaria de Política de Informática e Secretaria de **Desenvolvimento da Produção**.

Os tablets foram incluídos na chamada Lei do Bem no dia 23 de maio, com a publicação de uma Medida Provisória que estendeu à **produção** desses produtos os benefícios fiscais da lei. Com isso, as alíquotas da contribuição para o PIS/Cofins foram reduzidas a zero.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Balança comercial registra superávit de US\$ 3,529 bilhões em maio		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O saldo é resultado de **exportações** de US\$ 23,211 bilhões menos **importações** de US\$ 19,682 bilhões no período

Sandra Manfrini, da Agência Estado

BRASÍLIA - A balança comercial brasileira fechou o mês de maio com um superávit de US\$ 3,529 bilhões, segundo dados divulgados pelo **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**. O saldo é resultado de **exportações** de US\$ 23,211 bilhões (média diária de US\$ 1,055 bilhão) menos **importações** de US\$ 19,682 bilhões (média diária de US\$ 894,6 milhões) no período.

Pelo critério da média diária, as **exportações** em maio cresceram 25,2% ante maio de 2010, quando a média diária **exportada** foi de US\$ 843 milhões. Na

comparação com abril deste ano (média diária de US\$ 1,061 bilhão), houve queda de 0,6%.

A média diária das **importações** registrou um crescimento de 31,8% ante a média de maio de 2010 (US\$ 678,8 milhões). Na comparação com abril deste ano, quando a média diária foi de US\$ 963,7 milhões, houve uma queda de 7,2%.

Na quarta semana de maio (23 a 29), a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 320 milhões, com **exportações** de US\$ 4,783 bilhões menos **importações** de US\$ 4,463 bilhões. Na quinta semana (30 e 31), o saldo da balança também foi positivo em US\$ 463 milhões, com **exportações** de US\$ 2,163 bilhões e **importações** de US\$ 1,7 bilhão.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO POR ORA, <u>Brasil</u> DESCARTA MEDIDAS CONTRA <u>IMPORTAÇÃO</u> DA ESPANHA		
	ORIGEM FIAM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo brasileiro informou que, por enquanto, não tomará nenhuma medida para controlar a **importação**

de pepino vindo da Espanha.

A Europa investiga a suspeita de que pepinos espanhóis sejam responsáveis pela disseminação do surto infeccioso de uma variedade da bactéria Escherichia coli (E.coli), que já deixou pelo menos 15 mortos na Alemanha e um na Suécia.

Segundo a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), o problema está sendo acompanhado por meio da rede Infosan da OMS (Organização Mundial da Saúde) e, até o momento, o órgão não indica a necessidade de adoção de medidas especiais contra o produto.

De acordo com o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, o Brasil só compra da Espanha pepinos em conserva -não crus, como os suspeitos de provocar as mortes.

Entre janeiro e abril deste ano, foram comprados mais de 8.000 quilos do produto (a Espanha respondeu por metade das vendas de pepino da União Europeia ao Brasil). No ano passado, foram comprados mais de 12 mil quilos.

Para Pedro Germano, sanitarista da USP (Universidade de São Paulo), o Brasil não deve se preocupar com um possível surto da doença. Segundo ele, o pepino na modalidade que chega ao país passa por um rigoroso processo tecnológico para baixar sua acidez e evitar problemas como o botulismo.

O procedimento de conservação industrial também envolve o tratamento dos alimentos a uma temperatura elevada. O objetivo, diz Germano, é eliminar micro-organismos ou desnaturar as enzimas contidas no produto.

O sanitarista da USP também descartou a possibilidade de que alguém que tenha sido infectado pela bactéria na Europa possa trazer a doença para o Brasil.

"Transmissão de pessoa para pessoa é praticamente impossível. É muito difícil que ela possa acontecer no Brasil, pois o período de incubação dura entre um e dois dias", explicou Germano.]

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO GM CONSEGUE <u>IMPORTAR</u> MIL CARROS PARADOS NO RS		
	ORIGEM FIAM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A General Motors (GM) obteve ontem do Departamento de **Comércio** Exterior (Decex) licença de **importação** para mil carros modelo Agile trazidos da Argentina que estavam parados no porto de Rio Grande (RS).

Desde a entrada em vigor do regime de licenciamento não automático para a entrada de automóveis no Brasil, dia 11 deste mês, a montadora já acumulava 6,3 mil carros de quatro modelos no pátio automotivo do terminal gaúcho, com capacidade para 5 mil unidades.

Amanhã deve chegar ao porto mais um navio com 2,7 mil Agile. A GM não se manifestou sobre o assunto. O diretor de relações institucionais da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

(Anfavea), Ademar Cantero, disse que a entidade espera uma "solução negociada" entre **Brasil** e Argentina para regularizar as relações comerciais bilaterais no setor. Com o acúmulo de veículos, o porto planeja ampliar seu pátio automotivo, para dobrar a capacidade atual em 2012.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO PRODUÇÃO CAI EM METADE DA INDÚSTRIA E ATINGE BENS DE CAPITAL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

As medidas adotadas pelo governo para reduzir o ritmo de expansão da economia (encarecimento do crédito e aumento da taxa básica de juros) afetaram a **produção** industrial em abril com reflexos em bens de consumo e no investimento. A **produção** de bens de capital recuou 2,9% em abril sobre março na série livre de influências sazonais, acima do recuo da média da indústria, que foi de 2,1% na mesma comparação, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O recuo da indústria em abril veio após o setor acumular alta de 3,3% no primeiro trimestre do ano, e pode ser o início de um período mais desfavorável para o setor, dizem analistas consultados pelo Valor. Embora forte em bens de consumo duráveis e de consumo (influenciados pela queda de 2,9% em automóveis), a **produção** de abril mostrou uma desaceleração bastante espalhada na indústria. Pelos dados do IBGE, menos da metade dos setores pesquisados (45,1%) cresceram em abril na comparação com abril do ano passado, percentual que ficou abaixo da média histórica para esse mês (52%). Com ajuste sazonal, de abril para março, o percentual dos setores que cresceram foi de apenas 48%, segundo contas da LCA Consultores.

Além do efeito das medidas para conter o crédito, uma expectativa menos otimista dos empresários em relação ao setor e ao câmbio pode ter trazido para baixo a **produção** de bens de capital e de bens de consumo (essa, com recuo de 10,1% em abril sobre março). Analistas divergem, no entanto, sobre a duração desses movimentos. Enquanto alguns veem com preocupação o atual recuo na **produção** de bens de capital, outros acreditam que o arrefecimento seja apenas pontual.

Para Thovan Tucakov, da LCA Consultores, pode ter havido uma antecipação da compra de máquinas e

equipamentos no primeiro trimestre, devido à perspectiva de término em março do Programa de

Sustentação do Investimento (PSI) do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), adotado após a crise de 2009 para fornecer subsídios à compra de bens de capital. "Essa desaceleração de agora é mais pontual. As decisões de investimento serão menores, mas ainda assim, 2011 terá um número bom", diz o economista, para quem a Formação Bruta de Capital Fixo (FCBF) deve crescer 6,5% neste ano, quase o dobro de sua projeção do **PIB**, de 3,4%.

Rogério César de Souza, do Instituto de Estudos para **Desenvolvimento** da Indústria (ledi), discorda dessa opinião. "Essa queda da **produção** de bens de capital pode ser consequência de uma redução das expectativas com relação ao andamento da economia, o que influencia os investimentos. O que os empresários não é somente seus custos, mas também a expectativa da indústria de conseguir vender seu produto lá na frente", afirma.

Dados divulgados ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) reforçam a visão do economista do ledi. O Índice de Confiança da Indústria (ICI), calculado pela fundação, recuou para 109,9 pontos em maio, número 1,2% menor do que o registrado em abril, quinta queda consecutiva do indicador, que já acumula 4% de arrefecimento no ano. Além do Índice de Situação Atual, que teve queda mensal de 1,7%, o Índice de Expectativas recuou 0,7% na mesma comparação. "As expectativas quanto ao futuro estão caindo. Isso é um sinal ruim, porque o país ainda precisa de investimentos", diz Souza.

O cenário atual, por outro lado, pode ter vindo dentro das expectativas do governo, diz José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator. "A **produção** de bens de capital e de bens duráveis são

sensíveis ao crédito. Isso seria um bom sinal no sentido de que o **BNDES** continua emprestando, embora menos, e a demanda por bens de consumo está sofrendo por conta da política monetária. Se olharmos pelo lado da inflação, isso é um dado positivo."

Gonçalves acredita ainda ser cedo para afirmar que a indústria continuará em trajetória de desaceleração, mas destaca que o dado de abril veio em consonância com o andamento da economia. "A desaceleração da indústria vai no tom da desaceleração

da economia como um todo, mais concentrada em duráveis do que em bens de capital."

Tucakov, da LCA, projeta que a **produção** industrial fechará 2011 com crescimento de 2,5% sobre 2010, longe dos 10,5% registrados no fim do ano passado. "Se pegarmos os últimos seis meses, excluindo abril, a indústria vem crescendo a uma taxa de 0,5% ao mês. A partir de maio, essa taxa deve desacelerar para 0,4%", projeta.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA
	TÍTULO MÍRIAM LEITÃO	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O **Brasil** está no meio de uma transição na conjuntura mas os dados ainda são contraditórios. Nos últimos dias foram divulgados indicadores mostrando manutenção de um ritmo alto da expansão do crédito, de 20% sobre o ano anterior, mas a **produção** industrial teve queda forte, houve aumento da arrecadação e do superávit primário. A entrada foi recorde de capitais externos.

O estoque total de crédito na economia cresceu ligeiramente. De 46,5% do **PIB** para 46,6% entre março e abril. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o crescimento foi de 20,8% em março para 21% em abril.

É quase nada, mas é sinal de que o ritmo de concessão de empréstimos continua forte apesar do esforço do Banco Central de jogar água nessa fervera.

Na margem, o crédito caiu.

Na análise dos quatro primeiros meses do ano o crescimento é de 4,1%, que anualizado estaria perto do que o Banco Central considera adequado: 13%. É baseado neste dado que o BC conclui que suas medidas de reduzir o nível de aquecimento estão dando certo.

Houve pequenas quedas no ritmo dos empréstimos para pessoa física e crédito pessoal, mas continua no nível cima de 20% de crescimento quando se compara com o mesmo mês do ano anterior. O financiamento para veículos que crescia a 46,5% na comparação anual agora cresce 44,2%. Aumentou ligeiramente o uso do cheque especial e do rotativo do cartão de crédito. Houve pequenas altas também na inadimplência. Mas nenhum dos dados pode ser lido com sinal de alarme.

O curioso é que apesar de a queda do financiamento ser apenas na margem e de os salários estarem se mantendo, a indústria teve uma queda forte. Depois de subir 1,1% em março caiu 2,1% em abril, segundo os dados divulgados ontem. As projeções calculavam aumento em torno de 0,2%. Todas as

categorias apresentaram queda, mas chamou atenção o tombo de 10,1% da **produção** de bens duráveis. A indústria cai pelo peso da concorrência com o produto **importado** no momento em que o **dólar** está baixo e porque o crescimento do começo do ano era em parte resultado da reposição de estoques. A queda divulgada ontem pela indústria pode levar a revisões para baixo nas projeções de crescimento do **PIB** deste ano.

"A **produção** industrial de abril veio abaixo do esperado e indica que devemos ter um nível de atividade econômica mais fraco no segundo trimestre, com substancial risco de revisão para baixo de nossas projeções para o **PIB** do trimestre e conseqüentemente para o **PIB** do ano", afirmou em análise o HSBC, mas com a devida ressalva, logo em seguida, de que os números do **mercado** de trabalho e das vendas do varejo continuam muito fortes.

A entrada de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no país de janeiro a abril chegou a US\$ 23 bilhões e levou o economista-chefe do FMI, Olivier Blanchard, a duvidar do número. Ele acha que o **mercado** financeiro pode estar encontrando formas de driblar os aumentos de IOF impostos pelo governo no capital especulativo. O IED, por ser capital para investimento de longo prazo, e não um dinheiro que vem se aproveitar da diferença de juros, não paga o IOF elevado pelo governo para 6%.

O economista Alex Agostini, da Austin Rating, registrou que o rendimento médio real dos trabalhadores caiu nos quatro primeiros meses do ano por causa do aumento da inflação, mas o rendimento médio nominal, ou seja, o rendimento bruto, está em alta. Isso faz, na visão dele, com que o trabalhador veja o seu contracheque mais gordo se sinta seguro para pegar novos empréstimos.

A taxa do cheque especial subiu 0,24% ao mês entre dezembro e abril. O crédito pessoal ficou 0,34% mais caro e até mesmo os juros para aquisição de

veículos ficou abaixo do ganho nominal dos salários: subiu 0,39% contra 0,41%.

O governo reduziu o ritmo de crescimento das despesas, mas elas continuaram aumentando em relação ao ano passado, que foi um período de alta espantosa dos gastos públicos.

No ano passado o governo arrecadou muito mais por causa da retomada do crescimento. O melhor a fazer teria sido reduzir o ritmo de aumento de gastos para chegar em 2011 sem necessidade de ajustes. As autoridades preferiram arriscar, aumentar os gastos em níveis de 22,4% em termos nominais. Este ano os gastos do governo crescem menos, 3,4% em termos reais, ou seja, já descontada a inflação, mas ainda são mais altos do que no ano passado; não houve queda de gastos, mas apenas redução do ritmo de elevação.

Aí foram tomadas todas as medidas para tentar conter o ritmo no começo do ano até pela elevação da inflação. Eu tenho escrito isso aqui com uma frequência que já virou mantra que a taxa de inflação cairá em junho, julho e agosto. O fato não significa que todas as pressões inflacionárias estão anuladas. O país está em transição para um ritmo de crescimento menor, para um crédito um pouco mais apertado e para gastos públicos que se elevam em ritmo menor, para dessa forma evitar os riscos de elevação da inflação. No meio dessa transição, os números nossos de cada dia sairão assim: sempre com uma contradição. O **importante** é ler cada sinal para manter o crescimento, desde que seja com inflação sob controle.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO DILMA ENTRA EM CAMPO PELA COPA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em meio ao turbilhão político, presidente dá um ultimato aos governadores e prefeitos das cidades-sedes do Mundial de 2014: só participa do PAC quem começar as obras de mobilidade urbana até Dezembro.

Com o governo praticamente paralisado no Congresso e a articulação política comprometida, a presidente Dilma Rousseff entrou em campo para mostrar a funcionalidade do Planalto. Aos prefeitos e governadores responsáveis pela infraestrutura das 12 cidades-sedes de jogos da Copa de 2014, deu o que muitos chamaram de "ordem unida": quem não começar as obras de mobilidade urbana até dezembro deste ano ficará de fora das facilidades do chamado PAC da Copa, ou seja, agilidade na liberação de verbas. O projeto entrará na vala comum das obras que terminam levando mais tempo que o normal por falta de recursos.

"Não podemos esperar mais. É preciso avançar e rápido. Se não começarmos até dezembro deste ano, entramos numa zona perigosa", disse a presidente.

Dilma abriu a reunião falando do compromisso do governo com a "maior obra de todos os tempos". A prioridade é começar todas as obras até o final deste ano e terminá-las até dezembro de 2013. O PAC da

Copa é visto como o passe para uma execução mais rápida dos projetos. Tem prioridade na liberação de recursos e na medição por parte dos órgãos conveniados. A cobrança de Dilma deixa o Distrito Federal, por exemplo, com prazos apertados no que se refere ao projeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). O governador Agnelo Queiroz decidiu recentemente refazer a licitação. Portanto, terá que correr. Se quiser continuar com a obra incluída no PAC da Copa, precisa colocar o projeto em execução em sete meses. Na sua vez de falar, Agnelo tentou tranquilizar a presidente e disse que seguirá o cronograma. Segundo ele, hoje 31% das obras do Estádio Nacional de Brasília estão

concluídas e até dezembro de 2012 tudo estará terminado. "Brasília irá cumprir rigorosamente os prazos", disse o governador do DF.

Liberação de verbas

Em geral, entretanto, os governadores não saíram da sala de reuniões no Palácio do Planalto sem fazer cobranças. As principais foram a aprovação imediata de uma lei mais flexível para acelerar as licitações, a liberação de recursos por parte do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) e ainda o marco regulatório das desapropriações. O Planalto prometeu que vai pressionar os parlamentares a aprovar a proposta de regime diferenciado de contratação, que flexibiliza os processos de licitação, e a votar uma nova legislação sobre desapropriações de terrenos. Muitos projetos da Copa só podem ser executados se houver desapropriações. A oposição avalia, no entanto, que a medida vai deixar mais frouxa a concorrência e facilitar a corrupção.

Opinião contrária de Omar Aziz (PMN), governador do **Amazonas**. Segundo ele, é um absurdo o Congresso não ter aprovado a lei que permitiria maior agilidade nas licitações da Copa. Em vez de colocar a culpa na falta de articulação da ampla base governista, que conta com mais de 300 parlamentares, criticou o

Democratas, que não chega a 60 deputados: "O DEM não pode sequestrar o interesse do **Brasil** e impedir a votação disso", cobrou ele, com Rosalba Ciarlini, do Rio Grande do Norte, a única governadora do DEM, sentada ao seu lado. Rosalba apenas se remexeu na cadeira, para não ser grosseira com outro governador na presença de Dilma, que, aliás, mostrou proximidade com a chefe do Executivo do Rio Grande do Norte.

Visitas trimestrais

O governador de Mato Grosso, Silval Barbosa (PMDB), aproveitou para fazer um desabafo: "É um absurdo.

No meu estádio, demoli o anterior. Fiz 20% das obras. Lá em São Paulo, bota um trator em Itaquera e diz que as obras já começaram. Me desculpe, governador Alckmin, mas assim não dá", comentou o peemedebista. O tucano Antonio Anastasia, governador de Minas Gerais, lembrou que as obras estão em dia, principalmente, o Mineirão. "Coloquei para a presidente Dilma a nossa vontade de receber a abertura da Copa do Mundo. Outros governadores, claro, também fizeram isso. Mas vamos continuar trabalhando para que o primeiro jogo seja, de fato, em Belo Horizonte", afirmou.

Luiz Fernando Pezão, o vice-governador do Rio, que representou Sérgio Cabral, e o governador de Minas, Antonio Anastasia, falaram das desapropriações. No Rio de Janeiro, as obras de mobilidade urbana representarão 3.500 desapropriações. A legislação federal sobre o assunto é de 1941 e há um decreto de 1970. O governo prometeu trabalhar uma legislação mais ágil, mas os técnicos consideram que talvez não dê tempo.

A ideia de Dilma é acompanhar as obras de perto. Ela pretende visitar cada uma trimestralmente. A

presidente, aliás, deve passar a viajar mais pelo país e a se reunir mais com sua base parlamentar. Hoje, será a vez do conselho político. Tudo para não passar a ideia de que o governo está parado, ainda que as votações ocorram a conta-gotas no Congresso.

Escalado pelo Planalto para anunciar as medidas tomadas após a reunião ao lado do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, e do prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda - ambos do PSB - , o ministro do Esporte, Orlando Silva, negou que as denúncias de corrupção na Fifa irão atrapalhar a realização da Copa no Brasil. Segundo ele, a entidade máxima do futebol mundial tem regras próprias que avaliam a conduta dos dirigentes. "Os compromissos que o **Brasil** assumiu serão cumpridos plenamente.

Qualquer instabilidade que exista naquela entidade não impactam em nada o trabalho do país", argumentou.

Governadores e prefeitos das 12 cidades-sedes: pressa para flexibilizar a Lei das Licitações